



## Obrigação de identificar beneficiários efetivos a partir de 1 de janeiro de 2019

*A partir do próximo dia 1 de janeiro e até 30 de abril de 2019, as empresas deverão identificar os seus beneficiários efetivos através de formulário eletr nico.*

*Em caso de incumprimento desta obriga o, as empresas deixam de poder distribuir lucros, celebrar contratos com o Estado e de adquirir ou hipotecar imóveis, entre outras san es.*

### Contactos

Susana Vieira  
svieira@macedovitorino.com

Frederico Vidigal  
fvidigal@macedovitorino.com

O Registo Central do Beneficiário Efetivo ("**RCBE**")   uma base de dados gerida pelo Instituto dos Registos e do Notariado, I.P. da qual devem constar elementos de identifica o das pessoas singulares que detenham de forma direta ou indireta a propriedade ou o controlo efetivo de uma empresa e de outras entidades abrangidas como, por exemplo, associa es, cooperativas, funda es e sucursais de empresas estrangeiras.

A Portaria n.  233/2018, de 21 de agosto ("**Portaria**") vem estabelecer que todas as entidades abrangidas pelo RCBE que estejam constituídas a 1 de outubro de 2018 deverão apresentar a declara o inicial de identifica o dos seus beneficiários efetivos a partir de 1 de janeiro de 2019 através de formulário eletr nico e uso de meios de autentica o (certificado digital do cartão do cidadão ou certificado de autentica o profissional de not rios ou advogados, entre outros).

Empresas e demais entidades sujeitas a registo comercial, nomeadamente cooperativas e representa es permanentes de empresas estrangeiras (sucursais), deverão cumprir esta obriga o até 30 de abril de 2019.

As restantes entidades abrangidas pelo RCBE, como, por exemplo, associa es e funda es, deverão cumprir esta obriga o até 30 de junho de 2019.

Embora o conteúdo do formulário eletr nico não seja, ainda, conhecido, a Lei n.  89/2017, de 21 de agosto, que aprovou o Regime Jurídico do RCBE, estabelece que os elementos de identifica o dos beneficiários efetivos a indicar incluirão, entre outros, nome completo, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade(s), número de identifica o fiscal e morada de residência permanente das pessoas singulares.

Em caso de incumprimento da obriga o de apresenta o da declara o inicial de identifica o de beneficiário efetivo dentro dos prazos acima indicados, as entidades abrangidas pelo RCBE não poderão (i) distribuir lucros ou efetuar adiantamentos sobre lucros, (ii) celebrar contratos de fornecimento, empreitadas de obras públicas, ou aquisi o de serviços com o Estado, (iii) concorrer   concessão de serviços públicos, (iv) beneficiar de apoios de fundos europeus estruturais e de investimento e de fundos público nem (v) adquirir ou hipotecar imóveis.

Adicionalmente, o incumprimento desta obriga o será publicitado no registo comercial e no próprio RCBE, o qual poderá ser consultado com base no número de identifica o de pessoa coletiva ou do número de identifica o fiscal da entidade abrangida pelo RCBE.

*Esta informa o   de carácter genérico, não devendo ser considerada como aconselhamento profissional.*

  Macedo Vitorino & Associados